



PROCESSO Nº 31531
DATA 20/12/22
Folhas Nº 14 Rubrica Felipe

Processo: 31531/2022

Recorrente: Equimed Equipamentos Médicos Hospitalares Eireli

Recorrida: Amanda Serafim Mattos da Silva Eireli

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 194 de 2022 - Processo Licitatório n. 9444/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 194 de 2022 - Processo Licitatório n. 9444/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição de equipamentos e mobiliário para atender as necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 19 de dezembro de 2022.

Em síntese, a recorrente requer seja julgado provido o presente recurso para que seja declarada desclassificada a proposta da empresa recorrida quanto ao item 20, em razão da desconformidade técnica entre o equipamento ofertado e as especificações previstas no edital para o item, eis que não indicou qual modelo está ofertando, infringindo o subitem 7.2.4 do edital.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 12, limitou-se a fazer a análise de admissibilidade do recurso e encaminhar os autos à Secretaria de Saúde para análise e parecer técnico, na forma do subitem 28.5 do edital.

Às fls. 13 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde encaminhando o procedimento a esta Procuradoria para orientação *"quanto aos motivos alegados pela recorrente e se existe algum óbice para que seja realizado contato da Unidade Requisitante com a empresa Amanda Serafim, neste momento, para identificação do modelo ofertado no certame vislumbrando o aceite definitivo do mesmo"*.

É o relatório.

II - DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

"§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade".

A



Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

[...]

VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”;

Como se pode ver, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 18.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que a Procuradoria poderá ser instada a emitir parecer, em caso de necessidade de pronunciamento de cunho jurídico, e a Secretaria Requisitante decidirá o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

No presente caso, verifica-se que não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório, mas tão somente a especificação técnica do produto ofertado pela recorrida.

[Assinatura]



Ademais, o subitem 23.5 do edital dispõe expressamente que “é facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos no edital e seus anexos”.

Destarte, se há dúvida quanto à especificação da proposta apresentada pela recorrida em relação ao item 20, deve ser promovida diligência a fim de esclarecer ou complementar as informações da proposta ofertada.

III - DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde** para ciência do presente parecer quanto à possibilidade de promoção de diligência destinada a esclarecer o modelo ofertado na proposta da recorrida, na forma do subitem 23.5 do edital, que poderá ser feita pela própria pasta ou pela Comissão de Pregão, devendo restar consignado nos autos se o produto atende às especificações do item 20 do termo de referência e, por fim, pelo retorno dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e adoção das providências de sua competência.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 19 de dezembro de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773

